



Senado apresenta agenda para o Brasil retomar crescimento

Em conversa com os ministros Joaquim Levy e Nelson Barbosa, o presidente do Senado, Renan Calheiros, discutiu uma série de propostas que vão além do ajuste fiscal

A Agenda Brasil apresentada por Renan sugere medidas em três eixos de atuação: melhoria do ambiente de negócios, equilíbrio fiscal e proteção social. “Foi uma conversa na procura de uma agenda harmônica, que aponte em direção ao futuro”, disse o senador. Hoje ele reúne os líderes de todos os partidos para definir as próximas votações no Senado. **4 e 5**

Renan (D) conversa com Barbosa no encontro que reuniu os senadores Eunício e Jucá e os ministros Levy e Braga



Jane de Araújo/Agência Senado

Senadores estudam reforma política aprovada na Câmara

A Comissão da Reforma Política começa hoje a analisar o projeto sobre o tema que foi aprovado pelos deputados. O relator, Romero

Jucá, incorporará ao texto final propostas já aprovadas pela comissão, emendas dos senadores e sugestões do Tribunal Superior Eleitoral. **3**



Jorge Viana, presidente da Comissão da Reforma Política, e Romero Jucá, relator

Congresso inicia amanhã exame de 6 novas MPs 7

Comissão analisa aumento de tributo de bancos 2

Três novos vetos têm que ser votados até o dia 5

Isenções de imposto sobre o prêmio da Timemania são um dos vetos presidenciais lidos ontem em Plenário, com prazo de 30 dias para análise pelo Congresso. Os parlamentares vão também analisar vetos à lei que dava mais 180 dias para servidores demitidos no governo Collor pedirem reintegração e à lei que permite a estados usar como receita 70% dos depósitos judiciais e administrativos. **5**

Dispositivo da MP do Futebol sobre loterias precisa de mais debate, segundo o governo



Elzo Frazz/ABR

Nesta edição, encarte da Procuradoria da Mulher



Reprodução



O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que será sabatinado no Senado

Renan promete acelerar análise da recondução de Janot

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que conversará com os líderes para que a sabatina do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e a votação na Comissão de Constituição e Justiça ocorram no mesmo dia. **3**

Vanessa Grazziotin faz palestra sobre mulher na política 2

Audiência hoje trata de selo em alimento transgênico 6

especial
Cidadania

Facilidade do divórcio em cartório completa cinco anos

Emenda constitucional de 2010 que dispensou a necessidade de separação judicial por um ano atendeu uma demanda social, como mostra o crescimento inicial dos

registros. Advogados do Instituto Brasileiro de Direito de Família dizem que a diminuição da interferência do Estado significa mais responsabilidade para as pessoas. **8**

Comissão avalia MP que aumenta tributo de bancos

Parlamentares analisam amanhã relatório sobre proposta do ajuste fiscal que eleva CSLL. Estimativa do governo é arrecadar R\$ 900 milhões e instituições financeiras podem repassar aumento a clientes

A COMISSÃO MISTA que analisa a Medida Provisória 675/2015 reúne-se amanhã, às 14h30, para apresentação do relatório de Gleisi Hoffmann (PT-PR). A MP eleva de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) devida por instituições financeiras, como bancos, seguradoras e administradoras de cartão de crédito.

A medida faz parte do ajuste fiscal do governo e entrará em vigor em 1º de setembro. Segundo a Receita Federal, em 2014, a arrecadação da CSLL das atividades de serviços financeiros rendeu aos cofres públicos R\$ 10,2 bilhões. Em 2008, o governo já havia aumentado a alíquota de 8% para 15%. A cobrança da CSLL pode ser feita com base no lucro real ou presumido. Os recursos são aplicados na seguridade social.

O texto alterou a lei que instituiu a CSLL (Lei 7.689/1988). O aumento valerá para bancos, distribuidoras de valores imobiliários, corretoras de câmbio, sociedades de crédito, financiamento e investimentos, sociedades de crédito imobiliário, administradoras de cartão de crédito, sociedades de arrendamento mercantil (leasing), cooperativas de crédito e associações de poupança e empréstimo. O governo



Gleisi é autora do relatório: alíquota da CSLL pode passar de 15% para 20%

estimou o aumento da arrecadação em R\$ 900 milhões neste ano, R\$ 3,7 bilhões em 2016 e R\$ 4 bilhões em 2017.

Em audiência pública em julho, o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febrab), Murilo Portugal Filho, disse que os bancos devem transferir o aumento dos custos para os clientes. Segundo ele, apesar da alta taxa de juros, os bancos arcam com custos operacionais que elevam o

spread bancário — a diferença entre o custo de captação das instituições financeiras, ou seja, quanto pagam pelos recursos, e os valores cobrados dos clientes. O aumento de tributos, disse, pode elevar o custo dos empréstimos.

Na mesma ocasião, o secretário-executivo da Frente Nacional dos Prefeitos, Gilberto Perre, defendeu a repartição das receitas da MP entre municípios e estados.

Dilma veta regulamentação da profissão de garçom

A presidente Dilma Rousseff vetou projeto que regulamenta a profissão de garçom. Segundo ela, a medida é inconstitucional, por restringir o exercício profissional. A mensagem de veto foi publicada no *Diário Oficial da União* de sexta-feira.

A proposta de regulamentação (PLS 28/1991) foi apresentada há mais de 24 anos pelo então senador Valmir Campelo. Enviada à Câmara no mesmo ano, foi aprovada por comissões daquela Casa

em 2001, mas ficou pendente um recurso para exame pelo Plenário. O recurso foi negado em junho deste ano e o projeto seguiu para a Presidência.

Entre as regras estabelecidas no projeto, está a exigência de registro na Delegacia do Trabalho, condicionado à comprovação de dois anos de exercício de atividades de serviço de alimentação e bebidas em restaurantes, bares e hotéis. O projeto também limita a taxa de serviço a 10%,

a serem divididos entre os empregados, com destinação obrigatória de parte do valor à própria empresa (20%) e ao sindicato profissional (2%).

Ao vetar o projeto, Dilma afirma que a Constituição assegura o livre exercício de qualquer trabalho, cabendo restrições apenas quando houver a possibilidade de dano à sociedade.

O veto (VET 34/2015) se junta a 30 outros à espera de análise pelo Congresso.

Mantida responsabilidade solidária de locador

Foi vetado pela presidente Dilma Rousseff projeto que limitava às situações de dolo ou culpa a responsabilidade solidária do locador no caso de danos causados pelo locatário a terceiros (PLS 405/2009). A proposta, do ex-senador Renato Casagrande, alterava o Código Civil e modificava entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

Hoje se uma pessoa aluga um automóvel e causa dano

com o veículo a terceiro, a empresa locadora também responde pela indenização eventualmente devida. O entendimento consta da Súmula 492 do STF: "A empresa locadora de veículos responde, civil e solidariamente com o locatário, pelos danos por este causados a terceiro, no uso do carro locado."

O projeto vetado incluía parágrafo no artigo 566 do Código Civil para determinar

que a responsabilidade solidária só ocorreria se constatado dolo ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia).

Na justificativa do veto (VET 35/2015), Dilma argumenta que o dispositivo proposto não leva em conta as especificidades dos diversos contratos de locação possíveis e impõe ônus excessivo a terceiros que venham a sofrer danos.

O veto entrará na pauta do Congresso Nacional.

Vanessa participa de evento para formar candidatas para 2016

A procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), ministrou uma palestra ontem no seminário Cariocas na Política: mulher, democracia e poder, organizado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Rio de Janeiro.

Esse foi o quarto dos cinco módulos previstos para a formação política de mulheres que queiram ser candidatas nas eleições municipais de 2016. Segundo a secretária especial de Políticas para as Mulheres, Ana Rocha, a intenção é alcançar líderes políticas, dirigentes sindicais, estudantis e dos movimentos sociais.

— Foram 350 inscritas e interessadas em reforçar a campanha Mais Mulheres na Política, organizada pelas senadoras e deputadas.

Vanessa convidou as lideranças a formarem uma rede para sensibilizar os senadores da bancada carioca pela aprovação da PEC 98/2015, que garante a reserva escalonada de cadeiras para mulheres nos três níveis do Parlamento.

— Precisamos convencer as bancadas masculinas. Nossa tarefa é grandiosa e estamos confiantes por se tratar de um benefício não só para as mulheres, mas para o amadurecimento da democracia.



Procuradora da Mulher no Senado, Vanessa faz palestra em seminário no Rio

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CDH Desemprego

8h30 Audiência pública interativa para debater o desemprego.

CMA Comércio de energia elétrica

9h30 Na pauta, proposta sobre livre comercialização de energia elétrica.

CAE Favorecimento tributário

10h Análise de projeto sobre identificação de países com tributação especial.

CE Bolsa para universitários

10h Análise de projeto que institui a Bolsa de Permanência Universitária.

CCT/CMA Rótulos de transgênicos

10h30 Audiência conjunta sobre o fim da obrigatoriedade da identificação, no rótulo, de produtos transgênicos.

PRESIDÊNCIA ANP

11h Reunião com a diretora da Agência Nacional do Petróleo, Magda Chambrind. Às 14h, lançamento da pesquisa sobre violência doméstica. Às 15h, reunião de líderes. Às 16h, Renan Calheiros preside a ordem do dia.

CMO Reunião de líderes

13h30 Reunião do colegiado de líderes da Comissão Mista de Orçamento. Às 14h30, a comissão examina o PL 1/2015, que dispõe sobre a Lei Orçamentária de 2016.

CPI DO FUTEBOL Cronograma

14h A CPI do Futebol se reúne para apresentação do plano de trabalho.

VIOLÊNCIA À MULHER Estudo

14h Comissão mista conhece pesquisa do DataSenado sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher.

PLENÁRIO Desoneração

14h Na pauta, o PLC 57/2015, que revê a desoneração da folha e alíquotas de empresas de 56 setores da economia.

CCAI Requerimentos

14h30 Comissão mista de inteligência aprecia requerimentos.

REFORMA POLÍTICA Eleições

14h30 Relatório do PLC 75/2015, que muda o atual sistema político-eleitoral.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • Alô Senado: 0800 612211

Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Comissão estuda reforma política dos deputados

Senadores se reúnem hoje para analisar proposta já aprovada na Câmara dos Deputados, que reduz custos das campanhas eleitorais e das doações a candidatos

A COMISSÃO DA Reforma Política se reúne hoje para começar a analisar as mudanças na legislação partidária e eleitoral já aprovadas pelos deputados. Também hoje vence o prazo que os senadores têm para apresentar sugestões de mudanças ao texto.

O relator da comissão, Romero Jucá (PMDB-RR), diz que, além das emendas dos parlamentares, vai agregar à proposta temas já aprovados pelo colegiado. Ele pretende acrescentar sugestões do Tribunal Superior Eleitoral:

— Trabalhamos para que as resoluções do TSE que dizem respeito a questões eleitorais, ao funcionamento de partidos e a regras que criam obrigações diretas ou acessórias sejam transformadas em lei.

O PLC 75/2015 prevê medidas para a redução dos custos das campanhas eleitorais e determina limite para os gastos. Segundo o projeto, o teto terá como base os custos declarados nas eleições anteriores. Para presidente, governador e prefeito, o limite fixado pela proposta é de 70% do maior gasto declarado na votação anterior. Esse limite vale quando houver um turno.

Favorável à medida, o consultor legislativo da Câmara dos Deputados Roberto Carlos Martins Fontes lembra que as campanhas estão cada vez mais

caras e que são os próprios partidos que definem quanto vão gastar. Ele acrescentou que os limites previstos na proposta podem ser corrigidos no futuro se ficar claro que são baixos ou excessivos.

Se traz corte nos custos, o PLC 75/2015 reduz o que pode ser doado às campanhas. O projeto não acaba com a doação empresarial, mas estabelece um teto. O limite para doações é mantido em 2% do faturamento bruto das empresas, mas o teto é fixado em R\$ 20 milhões.

— Na eleição passada, uma única empresa doou oficialmente R\$ 360 milhões. É um número que causa espanto. O estabelecimento de um teto tem esse objetivo: limitar a influência do poder econômico — afirma o consultor.

A proposta que começa a ser votada na Comissão da Reforma Política prevê que as empresas contratadas para obras públicas não poderão doar para campanhas nas regiões onde os serviços são executados e as doações devem ser feitas aos partidos políticos.

A proposta muda os critérios para a distribuição do tempo de cada partido na propaganda eleitoral: 90% devem ser distribuídos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados e 10%, igualmente.

Propostas em discussão no Congresso

APROVADAS NA COMISSÃO TEMÁTICA DO SENADO		
PLS 430/2015	Determina a distribuição de vagas nas eleições proporcionais segundo o quociente eleitoral por partido, mesmo quando houver coligação. Partidos que não alcancem o quociente não podem concorrer às sobras de vagas.	Aprovado no Senado em 15/7 e enviado à Câmara em 4/8
PLS 440/2015	Distribui o tempo semestral de propaganda partidária no rádio e na TV de acordo com o tamanho da bancada do partido na Câmara dos Deputados.	Aguarda deliberação do Plenário do Senado
PLS 441/2015	Restringe os repasses do Fundo Partidário e a propaganda no rádio e na TV a partidos com diretórios permanentes em 10% dos municípios (557), distribuídos em pelo menos 14 estados.	Aprovado no Senado em 15/7 e enviado à Câmara em 4/8
PLS 442/2015	Prevê novas eleições se o eleito em cargo majoritário (prefeito, governador, senador e presidente) for cassado ou perder o mandato por qualquer outro motivo, independentemente do número de votos anulados.	Aguarda deliberação do Plenário do Senado
PLS 464/2015	Adia o prazo para escolha e registro de candidatos, retarda o início da propaganda eleitoral, reduz o tempo diário de propaganda, diminui o período de campanha, limita os gastos eleitorais com pessoal e restringe a propaganda ao uso exclusivo de imagens dos candidatos.	Aguarda deliberação do Plenário do Senado
PLS 473/2015	Proíbe os meios de comunicação de contratar empresas de pesquisas que prestam ou prestaram serviços a partidos, candidatos e órgãos de administração direta e indireta dos Poderes Legislativo e Executivo.	Aprovado no Senado em 16/7 e enviado à Câmara em 4/8
PLS 474/2015	Institui efeito suspensivo dos recursos contra sentença de juiz eleitoral pela cassação do diploma de prefeito, vice-prefeito e vereador. Com isso, o cumprimento da decisão judicial ficaria suspenso até a confirmação da sentença, permitindo a permanência dos eleitos no cargo.	Aguarda deliberação do Plenário do Senado
PLS 475/2015	Autoriza o afastamento do servidor público em caso de enriquecimento ilícito no exercício de mandato. Agentes públicos eleitos só podem ser afastados por decisão de órgão colegiado, como um tribunal.	Aprovado no Senado em 15/7 e enviado à Câmara em 4/8
PLS 476/2015 (Complementar)	Exige que magistrados e membros do Ministério Público se afastem do cargo pelo menos dois anos antes para disputar eleições.	Aprovado no Senado em 16/7 e enviado à Câmara em 4/8
PLS 477/2015	Permite a criação das federações de partidos (a união de dois ou mais partidos) em eleições e na atuação parlamentar. Os partidos são obrigados a ficar na federação por pelo menos quatro anos.	Aprovado no Senado em 16/7 e enviado à Câmara em 4/8
PLS 481/2015	Estabelece que a duração da propaganda eleitoral de rádio e TV para cargos do Executivo (presidente, governador, prefeito e respectivos vices) não excederá o tempo a que têm direito os partidos dos candidatos. Atualmente, o tempo corresponde à soma dos tempos de todos os partidos que formam a coligação.	Aguarda deliberação do Plenário do Senado
PLS 482/2015	Regulamenta a contratação de pessoas pelos partidos políticos e pelas campanhas de candidatos individuais. Cria diversas salvaguardas para impedir que tanto a remuneração individual quanto o quantitativo de pessoas contratadas sejam excessivos.	Aguarda deliberação do Plenário do Senado
PLS 483/2015	Exime de sanções relativas à propaganda eleitoral antecipada a divulgação de pré-candidaturas, desde que não haja menção à futura campanha. Partidos e candidatos ficam livres para desenvolver ações políticas que divulguem suas ideias, objetivos e propostas de pré-candidatos.	Aprovado no Senado em 16/7 e enviado à Câmara em 4/8
PEC 98/2015	Reserva às mulheres um percentual mínimo de cadeiras nas representações legislativas em todos os níveis federativos. A medida atinge Câmara dos Deputados, assembleias legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e câmaras municipais.	Quarta sessão de discussão em primeiro turno no Plenário do Senado

APROVADO NA CÂMARA E EM EXAME NA COMISSÃO DO SENADO		
PLC 75/2015	Diminui o tempo das campanhas eleitorais. As convenções partidárias passam a ser realizadas entre 20 de julho e 5 de agosto. A propaganda no rádio e na TV cai de 45 para 35 dias. Também muda os critérios para distribuir o tempo de cada partido na propaganda eleitoral; prevê um limite de gastos nas campanhas, a ser definido de acordo com os custos da eleição anterior à promulgação da lei; e prevê o voto em trânsito para todos os cargos. O voto será permitido em urnas especiais nos municípios com mais de 100 mil eleitores. Se houver cassação de candidato em eleições majoritárias, a eleição será anulada e o tribunal eleitoral marcará data para a outra em até 90 dias. Institui o voto impresso para conferência a partir das próximas eleições gerais e proíbe as emissoras de rádio e TV de transmitir programas apresentados ou comentados por candidatos até 30 de junho do ano eleitoral.	Senadores têm prazo até 11/8 para apresentação de emendas



Romero Jucá, responsável pelo relatório da comissão de senadores

Renan quer acelerar decisão sobre recondução de Janot

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que quer uma decisão rápida da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a recondução do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

— Tão logo essa indicação chegar ao Senado, nós a mandaremos para a CCJ. Eu conversarei com os líderes para que possamos apreciá-la no mesmo dia em que [Janot] for sabatinado — afirmou.

O Senado ainda não recebeu oficialmente a mensagem da presidente da República, Dilma Rousseff, nomeando Janot

para um segundo mandato — o atual vai até setembro. A decisão final sobre a recondução caberá ao Plenário do Senado, que precisa dar pelo menos 41 votos favoráveis para que o procurador-geral mantenha o cargo.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que Janot não encontrará resistência no Senado. Para a senadora, o resultado da eleição interna do Ministério Público, na qual Janot foi o mais votado, dá força ao atual procurador-geral.

— Foi estabelecida a regra importante e justa de que a Presidência encaminha aquele

que foi escolhido pelos seus pares e o Senado dá esse voto de confiança à instituição. Não tenho dúvida de que passará com muita tranquilidade. É um nome capaz, que cumpre todos os requisitos.

Os procuradores federais promovem eleição interna para compor a lista tríplice que o Ministério Público envia à Presidência da República, contendo os nomes sugeridos para a indicação. É tradicional que o presidente proponha o nome que encabeça a lista, apesar de isso não ser uma determinação constitucional.

Aloysio Nunes Ferreira

(PSDB-SP) também manifestou apoio à recondução de Janot. O senador condicionou o sucesso da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, à manutenção do procurador-geral.

— Ele está conduzindo uma operação que visa à responsabilização daqueles que causaram tanto mal ao nosso país. Seria correto que ele fosse reconduzido, até para que a Lava-Jato possa seguir adiante.

O processo sobre a indicação do procurador-geral começa na CCJ, que deve sabatinar o candidato. Depois disso, a comissão delibera e emite

parecer favorável ou contrário, o que embasará a votação no Plenário. O nome indicado deve ser aprovado pela maioria absoluta dos senadores.

O procurador-geral da República é o chefe do Ministério Público da União (MPU), que abrange os Ministérios Públicos Federal, do Trabalho, Militar e do Distrito Federal. Ele também preside o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e deve ser ouvido em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal (STF). O mandato dura dois anos e a Constituição permite reconduções ilimitadas.

Em encontro com Joaquim Levy, da Fazenda, e Nelson Barbosa, do Planejamento, o presidente do Senado apresentou uma pauta com sugestões de medidas sobre três eixos para recuperar a economia e reformar o Estado. Para ele, discussões sobre impeachment não devem ser prioridade para o Congresso

Renan discute com ministros agenda para retomada do crescimento

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, discutiu ontem com os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa, a elaboração de uma agenda suprapartidária de interesse nacional. A ideia é que o Congresso contribua com o governo na busca de soluções que apontem para a retomada do crescimento e o aumento da segurança jurídica. Do encontro na residência oficial da Presidência do Senado, também participaram o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) e o líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE).

— Foi uma conversa na procura de uma agenda harmônica, que aponte em direção ao futuro. É uma colaboração, com base na isenção e independência do Congresso. Quanto mais independente, mais o Congresso vai poder colaborar com uma saída para o país — disse Renan.

Ele anunciou que vai se reunir hoje com os líderes partidários para definir as próximas votações no Senado. Entre os projetos na pauta do Plenário, está o último item do ajuste fiscal, o PLC 57/2015, que reonera a folha de pagamento de 56 setores da economia.

— Combinamos uma reunião de líderes amanhã [hoje]. A pauta da semana será consequência dessa conversa e o ministro Levy vai dar um sinal com relação à colaboração que ele recebeu, de agenda para o país, harmônica e suprapartidária, com a isenção que sempre tivemos no Congresso — destacou Renan.

O senador explicou que a agenda também vai tratar da reforma do Estado. Ele reafirmou que é imprescindível redefinir os

Medidas legislativas: a contribuição do Congresso



MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- Segurança jurídica dos contratos: blindar contra surpresas e mudanças repentinas as legislações de contratos. Essa blindagem colabora para proteger a legislação das PPPs, por exemplo, item relevante nestes tempos em que o país necessita de mais investimentos privados.
- Aperfeiçoar marco regulatório das concessões para ampliar investimentos em infraestrutura e favorecer os investimentos do Programa de Investimentos em Logística do governo (PIL).
- Implantar a Avaliação de Impacto Regulatório para que o Senado possa aferir as reais consequências das normas produzidas pelas agências reguladoras sobre o segmento de infraestrutura e logística.
- Regular o ambiente institucional dos trabalhadores terceirizados melhorando a segurança jurídica face ao passivo trabalhista potencial existente e a necessidade de regras claras para o setor.
- Revisão e implementação de marco jurídico do setor de mineração como forma de atrair investimentos produtivos.
- Revisão da legislação de licenciamento de investimentos na zona costeira, áreas naturais protegidas e cidades históricas como forma de incentivar novos investimentos produtivos.
- Revisão dos marcos jurídicos que regulam áreas indígenas como forma de compatibilizá-las com as atividades produtivas.
- Programa de estímulo ao desenvolvimento turístico, aproveitando o câmbio favorável, e realização de megaeventos. Incluir a eliminação de vistos turísticos para mercados estratégicos, a simplificação de licenciamento para construção de equipamentos e infraestrutura turística em cidades históricas, orla marítima e unidades de conservação.
- PEC das Obras Estruturantes — estabelecer processo acelerado para o licenciamento ambiental de obras estruturantes do PAC e dos programas de concessão, com prazos máximos para emissão de licenças. Simplificar procedimentos de licenciamento ambiental, com a consolidação ou codificação da legislação do setor, que é complexa e muito esparsa.



EQUILÍBRIO FISCAL

- Reformar a Lei de Licitações — projeto da senadora licenciada Kátia Abreu (PLS 559/2013).
- Implantar a Autoridade Fiscal Independente.
- Aprovar a Lei de Responsabilidade das Estatais, com vistas a maior transparência e profissionalização dessas empresas.
- Aprovação em segundo turno da PEC 84/2015, que impede o governo federal de criar programas que gerem despesas para estados, municípios e DF sem a indicação das respectivas fontes de financiamento.
- Regular o Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Reforma do PIS-Cofins de forma gradual, com foco na “calibragem” das alíquotas, reduzindo a cumulatividade do tributo e a complexidade na forma de recolhimento.
- Reforma do ICMS (convergência de alíquotas) e outras medidas a serem sugeridas pela Comissão Especial do Pacto Federativo.
- Medidas para repatriação de ativos financeiros do exterior, com a criação de sistema de proteção aos aderentes ao modelo.
- Revisar resolução do Senado que regula o imposto sobre heranças, sobretudo quanto ao teto da alíquota, levando-se em conta as experiências internacionais (convergir com média mundial — 25%).
- Favorecer maior desvinculação da receita orçamentária, dando mais flexibilidade ao gasto público. Estabelecer um TAC Fiscal para “zerar o jogo” e permitir melhor gestão fiscal futura.
- Ampliar idade mínima para aposentadoria, mediante estudos atuais e levando-se em conta a realidade das contas da previdência social.
- Proposta para reajuste planejado dos servidores dos três Poderes, de maneira a se ter uma previsibilidade de médio e longo prazo dessas despesas.
- Priorizar solução para os restos e contas a pagar.



PROTEÇÃO SOCIAL

- Condicionar as alterações na legislação de desoneração da folha e o acesso a crédito subvencionado a metas de geração e preservação de empregos.
- Aperfeiçoar o marco jurídico e o modelo de financiamento da saúde. Avaliar a proibição de liminares judiciais que determinam o tratamento com procedimentos experimentais onerosos ou não homologados pelo SUS.
- Avaliar possibilidade de cobrança diferenciada de procedimentos do SUS por faixa de renda. Considerar as faixas de renda do IRPF.
- Compatibilizar os marcos jurídicos da educação às necessidades do desenvolvimento econômico e da redução das desigualdades.
- Compatibilizar a política de renúncia de receitas, no orçamento público, à obtenção de resultados positivos no enfrentamento das desigualdades regionais e na geração de emprego e renda (trata-se de determinação constitucional).

termos da coalizão de apoio ao governo. Enfatizou, ainda, a necessidade de cortar ministérios.

— A agenda tem que tratar de tudo: da reforma do Estado, da coalizão, da sustentação congressual. Dentro da agenda, claro que há uma sugestão de reforma administrativa, não há como fazer ajuste fiscal sem cortar o tamanho

do Estado, sem cortar a despesa pública. O Brasil não pode ficar entregue a isso — argumentou.

Em relação à melhoria do cenário político, Renan destacou que é preciso diálogo e respeito à independência dos Poderes.

— Primeiro é fundamental que esse diálogo caminhe com total isenção e independência. Quanto

mais esse diálogo caminhar, mais o Legislativo vai colaborar para superar esse dramático momento que estamos vivendo — disse.

O presidente do Senado também falou sobre um eventual pedido de impeachment contra a presidente da República, Dilma Rousseff, e o julgamento das contas presidenciais pelo Congresso:

Senado atuará com responsabilidade na crise, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) disse ontem confiar que o Senado atuará com responsabilidade para ajudar o país a enfrentar a crise.

De acordo com a senadora, a Casa analisará com cuidado os projetos que, segundo ela, foram votados a toque de caixa pela Câmara dos Deputados no final do primeiro semestre.

Ela disse que o governo precisa “saber ouvir” e buscar a união pelo país.

— Vamos fazer a nossa parte como legisladores e esperar que o Executivo exerça a liderança necessária, não em favor do partido do governo, mas em favor da nação.

Gleisi: em vez de paralisar ações, governo elevou investimentos

Gleisi Hoffmann (PT-PR) chamou a atenção ontem, em pronunciamento no Plenário, para a gravidade dos problemas econômicos e políticos pelos quais o Brasil está passando.

Ela também cobrou do Poder Legislativo a busca de “caminhos construtivos” que levem o país a bons resultados.

A senadora salientou que, em vez de paralisar políticas públicas, o governo federal aumentou os investimentos e preservou empregos.

— Em 2010, nós crescemos 7,5%. São essas políticas que estão sendo questionadas. Os analistas de fato consumado dizem que esse enfrentamento, que evitou uma crise no Brasil, vai nos levar a uma situação insustentável. Será?

Gurgacz pede pacto por governabilidade para país voltar a crescer

Acir Gurgacz (PDT-RO) propôs ontem um pacto pela governabilidade que crie condições para a retomada do crescimento econômico do Brasil.

O senador afirmou que a atual situação política do país agrava ainda mais a crise econômica. Ele avaliou que quem perde conta a disputa é a população brasileira.

Gurgacz conclamou os senadores a terem “responsabilidade com o país” e a agir como “bombeiros da crise”. O parlamentar disse ainda que o combate à corrupção tem de ser prioridade, mas não se pode, com isso, “fechar o país para balanço até o final das investigações”.

Para Alvaro Dias, população está descrente e revoltada

A falta de coesão política e um governo que, apesar de estar no início do segundo mandato, mais parece estar no fim são alguns dos ingredientes que moldam o cenário político e econômico atual, disse ontem Alvaro Dias (PSDB-PR). Na opinião do parlamentar, o governo precisa controlar os gastos públicos.

— A população está descrente e acuada. Nem mesmo as contas de luz e água cabem no orçamento. A cada dia, os anúncios de novas cifras desviadas em transações ilícitas. [Tudo isso] dissemina no povo a sensação de revolta e desalento — disse.

Telmário registra visita de Dilma a Roraima e cita apoio popular

Telmário Mota (PDT-RR) registrou a presença da presidente Dilma Rousseff em Boa Vista, na sexta-feira, para entrega de 747 novas casas do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O senador afirmou ontem que a presidente foi bastante aplaudida na solenidade, principalmente quando mostrou ter abraçado as reivindicações para o crescimento de Roraima.

Telmário disse ainda que Dilma defendeu a criação de uma aduana brasileira no Porto de Guanta, na Venezuela.

— Surge uma luz. Roraima pode ser o grande produtor de alimentos principalmente do setor primário para aquele país.

Na opinião de Fátima Bezerra, defender impeachment é sandice

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou a postura de setores da oposição que defendem o impeachment ou a renúncia da presidente Dilma Rousseff. A senadora classificou as duas teses como “sandices”.

Ela afirmou que o governo não está paralisado com a crise e citou as constantes reuniões da presidente com governadores, equipe de governo e representantes da base aliada para discutir os rumos do país.

— Nós superaremos as atuais dificuldades. Essas atitudes de diálogo por parte da presidenta Dilma são uma resposta em altíssimo nível aos ataques de setores golpistas.

“Povo está insatisfeito, mas não é golpista”, avalia Humberto

O líder do PT, Humberto Costa (PE), afirmou que a atual instabilidade política exige um esforço em favor de uma concertação nacional que leve à superação da crise. O senador disse não haver espaço para uma saída fora da Constituição e reforçou que a presidente Dilma Rousseff não vai renunciar nem será impedida de governar. Para ele, qualquer tentativa de abreviar o mandato presidencial não será aceita pela população.

— O brasileiro está insatisfeito, mas não é golpista. Humberto afirmou que o governo precisa reconhecer os erros e restabelecer a base no Congresso.



Encontro na residência oficial da Presidência do Senado reuniu os senadores Renan, Jucá e Eunício e os ministros Levy, Barbosa e Braga

— Esse assunto não é prioridade. Na medida em que o Congresso tornar esse assunto prioritário, estaremos pondo fogo no Brasil. E não é isso que a sociedade quer de nós — afirmou.

Virar a página

Romero Jucá disse que o projeto que trata da reoneração da folha de pagamento deve ser votado já nesta semana. O texto é a última das propostas do chamado ajuste fiscal.

Ele lembrou que, desde o início do ano, a posição do Senado tem sido de fazer o ajuste rapidamente e dizer que é preciso ir além.

Segundo ele, a retomada da atividade econômica é a agenda que interessa mais aos brasileiros, ao priorizar a melhoria do ambiente econômico, além da criação e da manutenção de empregos.

— Nós não podemos entrar no ano depressivos. Temos que virar a página e sair desse problema que o Brasil vive hoje.

Jucá destacou a importância do diálogo entre os partidos para definir um caminho que garanta a segurança jurídica, a volta da credibilidade do governo e a previsibilidade da economia, de modo a criar as condições para a retomada dos investimentos privados.

O senador espera que esse conjunto de propostas esteja pronto já neste mês.

— Temos uma série de medidas que estão sendo discutidas, que no momento oportuno serão apresentadas. O Senado está capacitando esse processo de animação econômica — afirmou.

Ele destacou que o governo está buscando “construir pontes”, mas que é preciso ver os termos para essa construção.

— O Congresso tem que colocar aquilo o que defende. A partir daí, procurar convergência. Acho que, no momento grave que o país está vivendo, temos que tentar construir essa convergência para

superar essa dificuldade econômica. Se conseguirmos, será uma vitória da política — analisou, ao informar que participaria, na noite de ontem, de um jantar com a presidente Dilma Rousseff.

O parlamentar avalia que a dificuldade política vivida pelo país também é resultado da falta de uma agenda econômica.

Segundo ele, o entendimento político deve ser baseado em propostas.

— Não estamos falando do apoio ou não ao governo. A questão não é partidária. A questão é de sobrevivência e de construção de uma nação. Se não tivermos isso, nós vamos estar falhando com a população brasileira, que vai cobrar a conta de cada um.

Questionado sobre a possibilidade de um impeachment contra a presidente, ele disse que o Congresso não deve focar a atuação nesse processo, mas em apresentar um caminho para a melhoria de vida da população.

Para consultor, fim de desonerações terá efeito recessivo

O projeto que retira a desoneração da folha de pagamento de 56 setores produtivos (PLC 57/2015) deve ter efeito recessivo. A opinião é do consultor legislativo do Senado Cláudio Borges. O texto é o último do pacote de ajuste fiscal do governo e está na pauta do Plenário.

— Isso vai ter algum reflexo recessivo porque vai obrigar as empresas a demitirem. Esse é o aspecto que acho meio triste no projeto.

Com a mudança proposta pelo Executivo, setores que hoje pagam de contribuição previdenciária 1% sobre a folha salarial terão de pagar 2,5%, como varejistas e fabricantes de brinquedos. Os que pagam 2%, como empresas de tecnologia de informação, passarão a pagar 4,5%.

Afirma o consultor:

— É um projeto estranho para as empresas porque mexe com todo o planejamento delas. Em dezembro, foi sancionada uma lei que tornou perene a contribuição substitutiva [desoneração]. Logo em seguida, quer-se anular os efeitos disso. É meio contraditório.

O governo elaborou o projeto depois que a Medida Provisória (MP) 669/2015, que retirava desoneração na folha de pagamento, foi devolvida. O argumento do presidente do Senado, Renan Calheiros, foi a falta de urgência, um dos requisitos constitucionais para a edição de medidas provisórias.

A versão do projeto aprovada pela Câmara concede benefícios a alguns setores. Empresas de telemarketing, calçados, transportes e certos alimentos pagarão menos impostos do que o inicialmente previsto no projeto. O consultor diz que a votação no Senado testará a força do governo:

— A ideia, eu acho, é aprovar como veio da Câmara para que não haja necessidade de voltar para lá. Qualquer alteração seria no sentido de diminuir os efeitos fiscais, ou seja, diminuir a arrecadação. Isso não interessa ao governo.

A maior parte das 29 emendas apresentadas, segundo o consultor, são para manter os benefícios de setores específicos que teriam a desoneração retirada.

Mais 3 vetos da presidente Dilma entram na pauta do Plenário

Três vetos presidenciais foram lidos ontem no Plenário. Eles terão que ser votados pelo Congresso até 5 de setembro. De acordo com a Constituição, os vetos precisam ser apreciados em 30 dias a contar do recebimento. Esgotado esse prazo sem deliberação, o veto será colocado na ordem do dia da sessão seguinte, à frente das demais matérias, até ser votado. O veto só poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos votos (257 deputados e 41 senadores).

Da pauta da próxima sessão do Congresso, que deve ocorrer até o fim do mês, já constam 23 vetos presidenciais para exame dos parlamentares.

Entre os itens lidos ontem, está o veto a dispositivos do projeto convertido na Lei 13.155/2015, oriundo da Medida Provisória 671/2015 (MP do Futebol), que institui regras de responsabilidade fiscal e financeira dos clubes de futebol e detalha condições para o parcelamento de dívidas. Dilma alegou que os dispositivos exigiriam debate mais aprofundado e uma regulamentação mais abrangente, como forma de não provocar prejuízo para os atletas e os cofres públicos.

Entre os dispositivos vetados, está o que previa isenções de imposto sobre a renda do prêmio da Timemania e da Lotex, criada com a nova lei. Também foi vetada permissão aos clubes de reduzir os custos de rescisão contratual com os atletas.

Depósitos judiciais

Foram vetados ainda dispositivos do PLC 15/2015, que deu origem à Lei Complementar 151/2015, que permite a estados e municípios usar como receita 70% dos depósitos judiciais e administrativos de processos

em andamento. Os recursos devem ser transferidos pelos bancos ao Tesouro do estado ou do município. Os 30% restantes constituirão fundo de reserva para garantir o pagamento caso o contribuinte vença o processo judicial ou administrativo.

Dilma vetou artigo que dava 15 dias para que os bancos liberassem os valores referentes aos 70% dos depósitos. A parte vetada previa o pagamento de correção e multa se houvesse atraso. Também foi vetada a possibilidade de uso de 10% do fundo de reserva para constituição de Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas.

Dilma argumentou que é preciso garantir prazo para o desenvolvimento tecnológico e operacional por parte dos bancos que recebem depósitos judiciais e administrativos. A presidente também observou que os dispositivos vetados aumentariam o risco de insuficiência para honrar resgates.

Servidores demitidos

Dilma alegou veto de iniciativa para votar o PLS 82/2012, que autorizava o Executivo a abrir novo prazo, de 180 dias, para servidores e empregados federais demitidos no governo Collor requererem reintegração.

A proposta também permitia que os empregados dispensados fora do prazo estabelecido pela Lei da Anistia aos Servidores Públicos (de 16 de março de 1990 a 30 de setembro de 1992) pleitassem o direito, desde que à época tivessem desempenhado funções no processo de liquidação ou dissolução de empresa pública. A presidente alegou que a matéria é de atribuição exclusiva da Presidência da República. (Com Agência Brasil)

Jucá: Campos faz falta no momento atual do país

Romero Jucá (PMDB-RR) exaltou ontem a memória de Eduardo Campos, candidato à Presidência pelo PSB em 2014 morto em acidente aéreo em 13 de agosto do ano passado.

Ele ressaltou que Campos — que será homenageado em sessão especial do Senado na quinta-feira, às 9h — era um “brasileiro visionário”, que mereceu o respeito de toda a nação.

— É preciso que os melhores se unam politicamente pelo país. Nós temos que recobrar a segurança jurídica, a credibilidade e a previsibilidade da economia para os agentes econômicos e tudo isso precisa ser feito em harmonia, através de ações firmes do Congresso Nacional — afirmou o senador.

Garibaldi lamenta morte de ex-diretor da Tribuna do Norte

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse, em pronunciamento no Plenário, lamentar a morte do jornalista e escritor Ticiano Duarte, ocorrida no sábado, em Natal. Ele morreu aos 84 anos, vítima de infarto.

— Venho, como senador do Rio Grande do Norte, lamentar a perda desse jornalista, desse advogado, desse escritor, desse homem que tanto marcou a vida cultural, política e social do Rio Grande do Norte.

O senador lembrou que Ticiano Duarte foi diretor da Tribuna do Norte, secretário estadual no governo Aluizio Alves e membro da Academia Nacional — afirmou o senador.

Senadores discutem projeto que acaba com selo em alimentos transgênicos

Segundo proposta, que será tema de audiência, aviso será adotado se mais de 1% do produto contiver organismo geneticamente modificado

O FIM DA exigência do selo que identifica nos rótulos dos alimentos a presença de produtos com organismos geneticamente modificados (ou transgênicos) será tema de uma audiência pública hoje e de outra amanhã.

O objetivo é avaliar o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 34/2015, que acaba com a obrigatoriedade do rótulo. Hoje, produtos com qualquer percentual de substância transgênica devem trazer no rótulo um T dentro de um triângulo amarelo.

O texto restringe o alerta a produtos em que a substância transgênica supere 1% da composição. Nesse caso, o símbolo atual deve ser substituído pelos dizeres "contém transgênico".

O texto propõe a não rotulagem de alimentos de origem animal derivados de criações alimentadas com ração transgênica. A proposta ainda coloca como não obrigatória a informação quanto à espécie doadora do gene.

O requerimento para o debate foi de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), este o relator da proposta na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,



O T no óleo de soja indica que o produto contém matéria-prima transgênica: projeto de lei acaba com o selo obrigatório

Comunicação e Informática (CCT).

O requerimento registra as objeções do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) ao projeto, como a alegação de que o texto contraria o direito básico de informação sobre produtos lançados no mercado, nos termos do Código de Defesa do Consumidor. Para o Idec, o projeto é também inconstitucional por ofender o princípio da precaução e da defesa do consumidor.

Vontade do cidadão

Também é mencionado retrocesso em relação ao direito garantido pelo Decreto 4.680/2003, que instituiu a

rastreabilidade da cadeia de produção para assegurar a informação e a qualidade do produto. Além disso, aponta-se desrespeito à vontade do cidadão de saber se um alimento contém ou não produto transgênico.

Para os autores do requerimento, as alegações justificam uma ampla discussão da proposta. De iniciativa do deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), o projeto foi aprovado pela Câmara em abril.

No Senado, a proposta foi distribuída para exame na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), além da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) e da CCT. A

decisão final será do Plenário.

As audiências públicas serão feitas em conjunto pela CCT e pela CMA.

Na primeira, hoje, às 10h30, haverá a participação do Ministério da Agricultura, da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e de Associação Brasileira da Indústria da Alimentação (Abia), entre outras entidades.

Amanhã, às 9h, serão recebidos representantes do Idec, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Ministério Público Federal.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Audiência interativa vai analisar índices de desemprego no país

O desemprego será tema de audiência interativa na Comissão de Direitos Humanos (CDH) hoje, a partir das 8h30. O debate foi proposto por Paulo Paim (PT-RS).

No primeiro trimestre, a taxa de desemprego subiu em relação a 2014, chegando a 7,9%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). São cerca de 8 milhões de pessoas sem emprego formal. O número representa um aumento de 23% da população desocupada em comparação ao mesmo

período do ano passado.

Para discutir os dados, confirmaram presença Moacyr Tesch, da Nova Central Sindical de Trabalhadores; Germano Siqueira, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; Carlos Alberto Schmitt, presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais; e Rafael Marques, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Situação da pessoa com deficiência nos EUA e no Brasil é tema de debate

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove amanhã audiência pública interativa para debater os desafios e as oportunidades para as pessoas com deficiência no Brasil e nos Estados Unidos.

Para a audiência pública, foram convidados o secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antonio José Ferreira; o segundo-vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados,

Eduardo Barbosa (PSDB-MG); a relatora do Estatuto da Pessoa com Deficiência, deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP); e a assessora especial em direitos internacionais sobre deficiência do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Judith Heumann.

A audiência, que começará às 9h, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, é uma iniciativa de Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Viana: recuperação da BR-364 é fundamental

Jorge Viana (PT-AC) cumprimentou o empenho do governador do Acre, Tião Viana, e do governo federal pelas obras na rodovia BR-364, empreendimento que classificou como fundamental para o povo do estado.

— Tivemos a cheia no Rio Madeira. Isso danificou rodovias, acabou com ramais, danificou cidades, e temos pouquíssimo tempo no chamado verão amazônico para recuperar de Sena Madureira até Cruzeiro do Sul.



Waldemir Boratto/Agência Senado

Prefeitos precisam explicar falta de creche, diz Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou a situação de 3 milhões de crianças e suas famílias que estão sendo prejudicadas por falhas na construção de creches. Segundo ela, em 2007 o governo federal lançou um programa para ajudar os municípios a construir 8,8 mil creches, mas apenas 6,3 mil estariam prontas ou em construção.

— Por que não se constroem as creches? Os prefeitos têm que responder. Precisamos estar atentos e cobrar.

Wellington registra centenário de Rondonópolis

Wellington Fagundes (PR-MT) registrou ontem o centenário de Rondonópolis (MT). Ele destacou que a cidade é reconhecida como um dos polos agropecuários do país.

O senador observou que o município tornou-se uma das 100 melhores cidades do país para investir, mas precisa de infraestrutura.

— É moderna, com uma economia pujante. Esses 100 anos representam um momento de discutir a cidade que desejamos.



Waldemir Boratto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Entre os temas das medidas editadas pelo Executivo e enviadas ao Congresso, estão o aumento do limite do desconto em folha e a instituição de fundo de fomento regional

Comissões mistas vão analisar seis novas MPs

SEIS COMISSÕES MISTAS para exames de medidas provisórias (MPs) em tramitação no Congresso serão instaladas amanhã. Serão eleitos o presidente e o vice-presidente dos colegiados e designados os relatores que vão apresentar parecer sobre as medidas editadas pelo governo federal.

Com o objetivo de minimizar a crise econômica, a Medida Provisória 680/2015 flexibiliza a legislação trabalhista ao permitir redução limitada de salários (em 30%) e jornada (por tempo determinado) nas empresas que aderirem ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE), desde que não efetuem demissões no período. O governo federal bancará uma complementação para os trabalhadores, equivalente à metade da redução salarial, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A MP 681/2015 aumenta de 30% para 35% o limite do desconto do crédito consignado em folha de pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras. O novo limite é válido para empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aposentados, pensionistas e servidores públicos da União, autarquias e fundações públicas federais. A medida permite aos celetistas, se previsto em contrato, que o desconto incida sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador.

A MP 682/2015 autoriza a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) a gerir o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, criado para assegurar



Redução da jornada de trabalho para empresa que aderir ao Programa de Proteção ao Emprego é tema de um dos textos

o equilíbrio das operações do seguro no país e dar cobertura aos riscos de catástrofe em atividades rurais. Hoje gerido pelo IRB-Brasil RE, integra o Orçamento Geral da União.

A gestão do fundo público por ente privado foi questionada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Nesse contexto, o governo identificou na ABGF os atributos necessários à gestão do fundo, valendo-se da medida provisória para transferir à empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, a incumbência antes delegada ao IRB-Brasil RE.

Fomento regional

A MP 683/2015 institui o Fundo de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura (FDRI) para reduzir desigualdades socioeconômicas regionais, custear projetos de infraestrutura e promover maior integração entre as diversas regiões do país.

Também cria o Fundo de Au-

xílio Financeiro para Convergência de Alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (FAC-ICMS). Vinculado ao Ministério da Fazenda, o fundo deve auxiliar financeiramente os estados e o Distrito Federal durante o período de convergência das alíquotas do ICMS, compreendido como os oito anos seguintes ao efetivo início da convergência.

O FDRI será operado pela Caixa Econômica Federal. As competências serão definidas pelo Comitê Gestor do Fundo de Desenvolvimento Regional de Infraestrutura, do Ministério da Fazenda. A partir de 2017, entregará trimestralmente recursos aos estados e ao Distrito Federal, no montante necessário ao ressarcimento das despesas referentes ao trimestre anterior na execução dos projetos

autorizados pelo comitê.

Já o FAC-ICMS se constituirá de recursos oriundos da parcela do produto da arrecadação de multa de regularização cambial tributária relativa a ativos mantidos no exterior ou internalizados e por eventuais resultados de aplicações financeiras em sua conta.

Parcerias voluntárias

A MP 684/2015 prorroga por mais 180 dias o prazo de entrada em vigor da Lei 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação. Assim, o novo regime jurídico entrará em vigor em janeiro de 2016, quando também terá início o processo de repactuação das parcerias celebradas por prazo indeterminado.

O governo alega que a Lei

13.019/2014 tem demandado alterações e adaptações em órgãos e entidades da administração pública nos âmbitos federal, estadual, municipal e distrital. A primeira prorrogação de 360 dias, promovida pela MP 658/2014, não teria sido suficiente.

A MP 685/2015 institui o Programa de Redução de Litígios Tributários (Prorelit); cria a obrigação de informar à administração tributária federal as operações, atos ou negócios jurídicos que acarretem supressão, redução ou diferimento de tributo; e autoriza o Poder Executivo a atualizar o valor das taxas relacionadas ao exercício do poder de polícia e de serviços públicos no âmbito federal.

O Prorelit permite a quitação de débitos de natureza tributária perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil ou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, vencidos até 30 de junho de 2015, em discussão administrativa ou judicial, mediante requerimento de desistência do contencioso e com utilização de créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O percentual mínimo de 43% do valor do débito a ser incluído na quitação deverá ser pago em espécie até o último dia útil do mês da opção. Para quitação do restante, poderão ser usados créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL próprios, do responsável ou corresponsável, apurados até 31 de dezembro de 2013 e declarados até 30 de junho de 2015.

Cristovam repudia ataque a haitianos em São Paulo

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou ontem que quatro haitianos tenham sido baleados em São Paulo por pessoas que teriam gritado que eles estariam a roubar empregos no país. Esse caso de xenofobia não pode passar em branco, advertiu o senador.

— A dimensão do problema não tem as características da nossa crise, mas uma marca nefasta diante do que o Brasil quer passar para o mundo: como um país perseguidor dos imigrantes ou como um país capaz de abraçar essas pessoas como somos abraçados noutros países, como emigrantes.



Paim cobra verbas para beneficiários do fundo Aerus

Paulo Paim (PT-RS) cobrou do Congresso a votação do PLN 2/2015, que destina recursos ao Ministério da Previdência para pagar os associados do fundo de previdência complementar Aerus, dos ex-funcionários da Varig, que estão sem receber os benefícios desde março.

— Passam por humilhações. Não conseguem pagar medicamentos, alimentação, plano de saúde. Não têm tranquilidade para os últimos anos de vida.

Segundo o senador, o dinheiro existe, mas a liberação depende do Congresso, cuja pauta está travada por vetos presidenciais.



Gladson comemora aniversário da Revolução Acriana

Gladson Cameli (PP-AC) registrou as festividades relativas à Revolução Acriana, celebrada em 6 de agosto, data em que o estado iniciou a terceira tentativa para se libertar da Bolívia, em 1902.

O processo, iniciado anos antes, foi concluído em janeiro de 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, quando o Acre passou a pertencer definitivamente ao Brasil.

— Faço essa homenagem aos heróis da Revolução Acriana, afirmando que a luta continua. Nossa defesa é agora por um Acre desenvolvido, pela geração de emprego e renda para a nossa juventude.



Aloysio: país não pode ficar indiferente à crise na Venezuela

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que o Brasil não pode “ficar indiferente à crise política da Venezuela”. Segundo ele, o que acontece lá tem efeitos sobre o Brasil.

O senador lembrou que o país enfrenta também uma séria crise econômica e que vários opositores do presidente Nicolás Maduro estão presos.

Aloysio espera que seja cumprido o compromisso da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) de enviar uma comissão para acompanhar não só o dia das eleições na Venezuela, marcado para 6 de dezembro, mas todo o processo eleitoral.



Hélio José avalia positivamente trabalho de comissão

Hélio José (PSD-DF) considerou positivos os trabalhos do primeiro semestre na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), da qual é vice-presidente.

Entre as 116 propostas analisadas no período, ele ressaltou a aprovação da Lei da Biodiversidade e do projeto que torna permanente o programa de apoio à indústria de semicondutores. Também destacou a grande participação de cidadãos no debate sobre os problemas da telefonia móvel.

— Ainda precisamos investir muito no setor para ter a qualidade que os cidadãos merecem.



Simplificação do divórcio faz cinco anos

Segundo representantes do Instituto Brasileiro de Direito de Família, desburocratização atendeu a uma necessidade social ao diminuir a interferência do Estado na vida dos casais

Elina Rodrigues Pozzebom

NO DIA 13 de julho de 2010, o Congresso promulgou a Emenda Constitucional 66, que acelerou e desburocratizou o processo de divórcio no Brasil. Desde então, o casal que queira desfazer o matrimônio não precisa mais requerer a separação judicial e ainda esperar um ano para obter o divórcio ou comprovar que já está separado de fato por pelo menos dois anos.

Com o fim do tempo de espera, os divórcios puderam ser antecipados, deixando os recém-separados desimpedidos para novos casamentos ou com a situação legal solucionada mais rapidamente.

— A mudança na Constituição atendeu a uma necessidade social. A tentativa do Estado de manter pessoas dentro do casamento, impondo prazos, identificação de culpados, com duas ações, a de separação e a conversão em divórcio, não atendia mais à realidade do mundo de hoje. Deixava também as pessoas em uma situação de extrema vulnerabilidade. Quem era separado não tinha as questões patrimoniais e alimentares definidas. Então, a PEC veio em muito boa hora — analisa a vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), a advogada Maria Berenice Dias.

A facilitação do processo, num primeiro momento, fez os números de divórcios crescerem. Em 2010, foram 28.646 divórcios, somados os diretos e as conversões de separação em divórcio. No ano seguinte, 39.793 e, em 2012, 44.840. Em 2013, houve um pico: 60.416 divórcios lavrados em todos os cartórios do país. Já em 2014, o número caiu para 57.933. Este ano, até julho, foram 25.892 divórcios em cartórios, segundo o Colégio Notarial do Brasil.

O crescimento inicial, seguido por uma tendência de queda, evidencia uma “demanda contida”, destacou Maria Berenice.

— Num primeiro momento, houve uma demanda maior porque muitas pessoas tinham dificuldade de entrar na Justiça para discutir questão de culpa e esse tipo de enfrentamento. Com a possibilidade de o divórcio ser feito extrajudicialmente, diretamente no tabelionato, isso agilizou o divórcio e esvaziou de maneira significativa as próprias demandas da Justiça.

O divórcio foi instituído no Brasil em 1977, após campanha liderada pelo então senador Nelson Carneiro. Antes disso, as pessoas conseguiam apenas se desquitarem. Encerravam as obrigações matrimoniais sem, no entanto, obter liberdade para oficializar outro casamento. O texto da década de 70 permitiu o divórcio, mas incluiu o tempo de espera entre a separação judicial e a conversão definitiva, para o casal “pensar melhor”. Também havia a declaração de culpa de um dos cônjuges pelo fim do matrimônio. A nova redação da Constituição em 2010 determinou o divórcio direto, sem a



Então presidentes do Senado, José Sarney (D), e da Câmara, Michel Temer, assinam a emenda em 2010

Retrato de família

Após o crescimento inicial gerado pela mudança, número de divórcios começa a cair

2010	28.646
2011	39.793
2012	44.840
2013	60.416
2014	57.933
2015	25.892 (até julho)

Fonte: Colégio Notarial do Brasil

necessidade do tempo de separação.

O novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor este ano, ainda faz sete referências à separação, segundo Maria Berenice. A doutrina jurídica, no entanto, já demonstrou que não há mais como ressuscitar o processo.

— As normas [no Novo CPC] simplesmente caíram no vazio — avalia.

Os grupos contrários à alteração também temiam que a mudança promovesse uma “banalização do divórcio”, algo que não ocorreu, ressaltou a advogada.

— Ninguém vai se divorciar só porque agora fica mais fácil. O amor não acaba porque é fácil se divorciar, ao contrário. Agora as pessoas se mantêm na relação, investem mais no relacionamento porque sabem que há a possibilidade de se desfazer o casamento pelo desejo de um só. Basta a vontade de um só para se decretar o divórcio. Tanto que está aumentando também o número de casamentos — opina.

A proposta de emenda à Constituição que deu origem à mudança em 2010 foi apresentada à Câmara por demanda do IBDFAM e encampada pelos então deputados Antonio Carlos Biscaia e Sérgio Barradas Carneiro. No Senado, tramitou como PEC 28/2009.

Os parlamentares argumentaram que a desburocratização era um anseio da sociedade. Antes da mudança, muitas pessoas separadas judicialmente iniciavam união estável com outras, por ainda não poderem se divorciar, embaraçando ainda mais as relações familiares e sucessórias.

Outro ponto considerado para a supressão do intervalo entre a separação e o divórcio é que, no Brasil, o número de reconciliações de casais separados é pequeno e a maioria das separações judiciais começa ou termina de forma consensual. Ainda

Separações em cartório precisam ser consensuais

Os cartórios de notas passaram a lavrar escrituras de divórcio em 2007, com a aprovação da Lei 11.441. A norma desburocratizou o procedimento e permitiu a realização de divórcios consensuais em cartório, mas eles foram impulsionados com a promulgação da EC 66.

— Os processos, que poderiam levar meses no Judiciário, hoje podem ser resolvidos até no mesmo dia em um cartório — explica Carlos Brasil, presidente da seção de São Paulo do Colégio Notarial do Brasil, que congrega o tabelionato de São Paulo e administra os dados cartoriais de todo o país.

Podem se divorciar em cartório os casais sem filhos menores ou incapazes e os que têm filhos menores com questões como pensão e guarda resolvidas na esfera judicial. Também não pode haver litígio. Na escritura pública lavrada pelo notário, o casal deverá estipular questões como partilha dos bens e pagamento ou dispensa de pensão alimentícia (*veja quadro à direita*).

— Mesmo os casais que já tenham processo judicial em andamento podem desistir dessa via e optar pela escritura pública em cartório — diz Carlos Brasil.

segundo o Conselho Notarial, em 2010 houve 360 reconciliações. Em 2013, 570 e, em 2014, 519. Até julho de 2015, somaram 250.

O advogado Rodrigo da Cunha Pereira, presidente do IBDFAM, afirma que a EC 66 significa mais responsabilidade para as pessoas envolvidas em um relacionamento, com a diminuição da interferência do Estado na vida e na autonomia privadas.

— Foram quase dois séculos de luta. O divórcio era dificultado devido aos resquícios da interferência religiosa no Estado. O movimento contrário apregoava o fim da família. O que não aconteceu, nem vai acontecer. A família mudou, sim, mas não está em desordem. Muito menos o divórcio é culpado ou responsável por essas transformações — afirma.



O ex-senador Nelson Carneiro teve como uma de suas maiores bandeiras a instituição do divórcio no Brasil. Confira os vídeos nos links abaixo:

- <http://bit.ly/nelsoncarneiro>
- <http://bit.ly/emendadivorcio>

Características do divórcio extrajudicial

- CELERIDADE:** procedimento mais rápido e menos burocrático do que o judicial.
- ECONOMIA:** preço tabelado por lei estadual.
- CONSENSUALIDADE:** casal deve estar de comum acordo e não pode ter filhos menores ou incapazes, salvo se já tiver resolvido previamente em juízo as questões a eles relativas.
- EFETIVIDADE:** escritura de divórcio dispensa homologação judicial e constitui título hábil para transferir bens móveis, imóveis, bem como para alterar o estado civil no cartório.
- FLEXIBILIDADE:** possibilidade de estabelecer o pagamento de pensão alimentícia, definir a retomada do uso do nome de solteiro e fazer a partilha dos bens através da escritura pública.
- CONFORTO:** escritura pública pode ser assinada em cartório ou em outro local escolhido pelas partes.
- IMPARCIALIDADE:** tabelião de notas atua como conselheiro das partes, mas a lei exige a participação de advogado no processo extrajudicial.
- COMODIDADE:** escritura de divórcio dispensa a necessidade de homologação prévia do recolhimento de impostos pela Fazenda estadual.
- LIBERDADE:** partes podem escolher o tabelião de notas qualquer que seja o domicílio do casal ou a localização dos bens envolvidos.

Fonte: Colégio Notarial do Brasil - Seção São Paulo (CNB/SP)



Para Maria Berenice, mudança não banalizou o divórcio, apenas atendeu a uma demanda contida

Saiba mais

Emenda Constitucional 66/2010
<http://bit.ly/emenda66>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania